



**PRÁTICAS DE HISTÓRIA PÚBLICA COMO POSSIBILIDADE DE
ENFRENTAR O SILENCIAMENTO SOBRE A PRESENÇA NEGRA EM
JATAÍ: PARCERIA ENTRE MUSEU E UNIVERSIDADE**

***PUBLIC HISTORY PRACTICES AS A POSSIBILITY TO CONFRONT
THE SILENCING OF BLACK PRESENCE IN JATAÍ: PARTNERSHIP
BETWEEN MUSEUM AND UNIVERSITY***

MICHAEL DOUGLAS DOS SANTOS
<https://orcid.org/0009-0004-0934-3680>

Mestre em História pela UFG
Professor Associado da UFJ
michael.mest.ufg@gmail.com

LUCAS RODRIGUES DO CARMO
<https://orcid.org/0000-0002-4616-4196>

Doutorando em História pela UFG
lucascarmo@discente.ufg.br

MURILO BORGES SILVA
<https://orcid.org/0000-0002-7734-5037>

Doutor em História pela UFU
Professor Associado da UFJ
murilo_borges_silva@ufj.edu.br

RESUMO

O Museu Histórico de Jataí (MHJ), localizado no Sudoeste de Goiás, é uma instituição pública municipal fundada em 1994, voltada à preservação, documentação e exposição do patrimônio histórico local. Compreendemos que uma das funções centrais dos espaços museais é a interpretação e exposição do patrimônio material e imaterial, tornando-os lugares privilegiados para a construção, mediação e disputa de memórias sociais. Este artigo analisa como as práticas de História Pública desenvolvidas em parceria entre o MHJ e o curso de História da Universidade Federal de Jataí (UFJ) constituem possibilidades de enfrentamento ao silenciamento histórico sobre a presença negra na região, considerando o papel dessas instituições na manutenção ou contestação das narrativas hegemônicas. A pesquisa se baseia na análise de exposições realizadas entre 2005 e 2024, com ênfase nas intervenções promovidas durante o Novembro Negro de 2024 e na exposição “Egressos(as) negros e negras da Universidade Federal de Jataí”. As experiências discutidas revelam os tensionamentos em torno da presença negra no espaço museológico e apontam possibilidades de ressignificação do passado por meio da parceria entre museu e universidade. O estudo dialoga com os campos da museologia social e da História Pública, propondo uma leitura crítica do discurso expositivo e



defendendo a construção de uma memória mais plural, inclusiva e comprometida com a justiça social.

PALAVRAS-CHAVE: História Pública; Museu; Universidade; População negra.

ABSTRACT

The Historical Museum of Jataí (MHJ), located in the southwestern region of Goiás, is a municipal public institution founded in 1994, dedicated to preserving, documenting, and exhibiting local historical heritage. We understand that one of the central functions of museum spaces is the interpretation and exhibition of both tangible and intangible heritage, making them privileged arenas for the construction, mediation, and contestation of social memories. This article examines how Public History practices developed in partnership between MHJ and the Federal University of Jataí (UFJ) constitute possibilities for confronting the historical silencing of Black presence in the region, considering the role of these institutions in maintaining or challenging hegemonic narratives. The research is based on the analysis of exhibitions held between 2005 and 2024, with particular emphasis on interventions carried out during Black November 2024 and the exhibition "Black Alumni of the Federal University of Jataí." The experiences discussed reveal ongoing tensions surrounding Black presence in the museum space and point to possibilities for reinterpreting the past through the partnership between museum and university. The study draws on the fields of social museology and Public History, offering a critical reading of exhibition discourse and advocating for the construction of a more plural, inclusive memory committed to social justice.

KEYWORDS: Public History; Museum; University; Black population.

Introdução

Os museus, em suas diferentes tipologias, assumem características do que o historiador francês Pierre Nora (1993) denomina de “lugares de memória”. De acordo com Nora, são espaços onde a memória se cristaliza e se refugia, frequentemente vinculados à construção de identidades nacionais e à preservação - ou mesmo invenção - de uma memória coletiva. Por se tratar de uma invenção ocidental, os museus tendem a reproduzir uma narrativa histórica pautada em valores e concepções eurocêntricas. Tanto no passado como na atualidade, os museus privilegiam culturas hegemônicas de matriz europeia e pertencentes às elites. Esse processo acaba por excluir determinados grupos sociais, demonstrando que tais espaços não estão isentos de disputas simbólicas, políticas e ideológicas. A esse respeito, Vergès (2023, p. 12) observa que: “Desigualdades estruturais de raça, classe, gênero que existem no museu são o reflexo das desigualdades estruturais globais criadas pela escravidão, pela colonização, pelo capitalismo racial e pelo imperialismo”.



A proposição de Vergès (2023, p. 14-15) corrobora a ideia de que os museus não são espaços neutros, pelo contrário, “são campos de batalhas ideológicas, políticas e econômicas”. Considerando as observações da autora, podemos inferir que o Museu Histórico de Jataí - Francisco Honório de Campos (MHJ), situado na região sudoeste de Goiás, não está imune à reprodução de algumas das características. Assim como os primeiros museus ocidentais do século XVIII, cujas práticas perduram até hoje, o MHJ pode reproduzir o modo de colecionar e preservar os objetos, as memórias e a forma de narrar as histórias e os fatos “oficiais”. Isso inclui também a escolha de quais sujeitos e culturas serão representados nesses “lugares de memória” (Nora, 1993).

Certamente, devemos considerar as especificidades de cada contexto local, assim como a temporalidade e as intenções com que esses espaços foram construídos. Contudo, não podemos perder de vista a cumplicidade entre muitos espaços museais e estruturas de poder excludentes, como apontado por Vergès (2023, p. 83) ao indicar que “os corpos autorizados a ocupá-los são (por natureza) brancos”.

Neste texto, propomos uma reflexão a partir das memórias e narrativas históricas apresentadas pelo MHJ, considerando especificamente as práticas desenvolvidas em parceria com o Curso de História da Universidade Federal de Jataí. Buscamos desenvolver uma discussão fundamentada nos campos da museologia social e da história pública, analisando como as exposições e ações colaborativas contribuem para a ressignificação das narrativas sobre a presença negra na história local.

Partimos da premissa formulada por Paulo Knauss (2018, p. 141), de que os “museus se definem pela sua relação com a história” e com seus públicos. A partir dessa ideia, aproximamo-nos dos debates da História Pública, pois entendemos que aos museus também cabe comunicar ao seu público as narrativas que desejam preservar. Enquanto expressões culturais da sociedade contemporânea, muitas dessas instituições têm assumido uma postura crítica diante das opressões e injustiças sociais, posicionando-se em defesa da liberdade e da dignidade humana (Knauss, 2018, p. 145).

O conceito de história pública não é novo. Nasceu na Inglaterra em 1970 e se expandiu para outros lugares. As definições em torno do conceito possuem diferentes sentidos. Nas últimas décadas, a discussão tem se ampliado no Brasil, tanto no meio acadêmico como fora



dele. De algum modo, a “atitude historiadora” expressa na arte pública, no cinema, no carnaval, em romances históricos, na música, nos museus, nos canais virtuais, em jogos eletrônicos, etc. indicam uma necessidade de posse do passado para dar sentido ao presente e se situar no fluxo do tempo futuro (Mauad, 2018, p. 228), ou seja, uma necessidade de indagar o passado e torná-lo útil para o presente.

Para Santhiago (2018), essa “atitude historiadora” pode ser também compreendida como história pública, desde que compreendida como um campo diverso, aberto ao diálogo e ao compartilhamento. Assim, a história pública explora e apresenta o conhecimento histórico de variadas formas, extrapolando os muros acadêmicos tradicionais. De acordo com Zahavi (2011), ela é também um campo de disputas ideológicas, controversas, divergentes e desconfortáveis, em que cada lado luta pelo “legado, patrimônio, e memória pública de acontecimentos” passados, e que ainda estão se desdobrando (Zahavi, 2011, p. 53). Para o autor, a formação em história pública deve ensinar a lidar com as controvérsias políticas, sociais e culturais, transformando espaços como os museus, em “áreas de atuação para confrontações históricas mediadas” (Zahavi, 2011, p. 57).

A partir dessas considerações, compreendemos a história pública como um campo que reconhece os usos sociais do passado e promove sua construção coletiva, compartilhada, mas não livre de disputas. Trata-se de um novo caminho sobre como fazer história, refletir sobre sua produção e a comunidade e a relação entre passado e presente. Isso não significa romper com o que a academia produz, nem com o rigor implicado nessa produção, mas a ampliação do espaço, seu público e os usos do conhecimento. Essa perspectiva é particularmente relevante para pensarmos a parceria entre universidade e museu, especialmente quando se objetiva contestar a construção de narrativas hegemônicas e promover representações mais plurais do passado.

De acordo com Ulpiano T. Bezerra de Meneses (1994), os museus históricos podem operar nas esferas espaço e tempo, no entanto, não podem escapar da sua ação característica: a exposição. Essa, por sua vez, é compreendida como o principal mecanismo por meio do qual a instituição se apresenta publicamente, definindo seu lugar social (Cury, 2008). A exposição é também o espaço de encontro entre as intenções do museu e as interpretações do público, possibilitando a reescrita de narrativas, a construção de memórias e a preservação de culturas e identidades - especialmente daquelas historicamente marginalizadas, que podem passar a ser reconhecidas.



As universidades desempenham papel fundamental nas práticas de história pública ao contribuírem com pesquisa, formação de profissionais e projetos de extensão que conectam o conhecimento acadêmico às demandas sociais. Os cursos de História, em particular, podem atuar como agentes de transformação ao desenvolverem projetos que questionem versões oficiais da história local e promovam a visibilização de experiências marginalizadas. Como observa Zahavi (2011), os programas de história pública nas universidades devem preparar estudantes para trabalhar colaborativamente com comunidades e instituições culturais na construção de narrativas mais democráticas sobre o passado. A articulação entre museus e universidades configura-se, assim, como uma prática privilegiada que combina pesquisa e alcance público, traduzindo saberes em exposições e ações educativas que dialogam diretamente com a sociedade. Tal colaboração é especialmente relevante quando se trata de abordar temas como a presença negra na história local, frequentemente silenciada ou estereotipada nas narrativas tradicionais¹.

Partindo dessas considerações, este trabalho analisa de que maneira as práticas desenvolvidas pelo Museu Histórico de Jataí, em parceria com a Universidade Federal de Jataí, contribuem para a ressignificação e publicização das memórias e histórias sobre a população negra no contexto local e regional, configurando-se como ações de história pública. Compreendemos que as exposições funcionam como ferramentas para enfrentar os desafios nas representações de culturas marginalizadas, possibilitando a contestação de narrativas hegemônicas e a construção de representações mais democráticas da história jataiense.

Os problemas de pesquisa que orientam este trabalho questionam: de que forma as colaborações entre museu e o curso de História da UFJ materializam práticas de história pública capazes de transformar espaços museológicos em territórios de disputa simbólica e afirmação de memórias e histórias tradicionalmente silenciadas, como as da população negra em Jataí? Que estratégias de mediação entre conhecimento acadêmico e sociedade são utilizadas para

¹ As obras memorialistas que se propõem a narrar o passado de Jataí — como *Pioneiros* (1954) e *Nos Porões do Passado* (Vols. 1, 2 e 3, 2002–2016) — foram produzidas por autores cujas perspectivas acabaram por negligenciar a experiência negra. A presença da população negra é restrita e marcada por estereótipos, sendo representada de forma homogênea e quase exclusivamente vinculada à escravidão. Não há espaço para refletir sobre os processos de liberdade, agência e construção de identidades negras após a abolição. Essa abordagem reproduz e reforça o racismo estrutural ainda presente, silenciando as múltiplas experiências da população negra no município. Para aprofundar essa discussão, ver: *Notas sobre história única, racismo e o silenciamento das experiências negras em Pioneiros (1954) de Basileu Toledo França* (Carmo, 2022).



romper com a lógica colonial e eurocêntrica que costumam caracterizar as narrativas museológicas? Como essas práticas de história pública contribuem para a democratização da memória e para o fortalecimento de identidades negras no contexto local?

Os museus no Brasil e a Identidade Nacional: exclusão e exaltação

No Brasil, os primeiros museus surgiram ainda no século XIX, com a vinda da corte portuguesa, refletindo uma tentativa de transposição dos valores europeus para a consolidação dessas instituições. Entende-se que a criação desses espaços sociais como museus e bibliotecas esteve alinhada a um processo de construção de uma identidade nacional para o

país, articulando-se à formulação de um projeto de nação que, historicamente excluiu pessoas negras e os povos indígenas da narrativa oficial da história brasileira².

Durante o período em que D. João VI esteve à frente do trono no Brasil, foi inaugurado, em 1818, o Museu Nacional, concebido nos moldes das instituições europeias. Sua criação tinha como propósito a difusão do conhecimento sobre as riquezas naturais do território brasileiro. As primeiras coleções do museu foram herdadas do antigo acervo da Casa dos Pássaros, uma “instituição colonial que colecionava objetos para serem mandados pelos Vice-Reis à Corte Portuguesa no intuito de apresentar à metrópole a riqueza natural da colônia” (Santos, 2002, p. 107). Esse contexto revela a preocupação com uma ciência classificatória e a formação de um acervo representativo da nação em construção.

A preocupação com a formação da identidade nacional estendeu-se também ao Museu Histórico Nacional (MHN), fundado em 1922, no contexto das comemorações do centenário da independência do país. De acordo com Mário Chagas e Solange de Sampaio Godoy (1995), o MHN tinha a intencionalidade de celebrar o “culto à saudade”, uma ação salvadora, capaz de criar na população um sentimento de amor ao passado, um culto aos grandes heróis.

² Cabe destacar a atuação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB. Em razão de sua estreita relação com o governo imperial, seus membros desempenharam um papel fundamental na construção da identidade nacional dentro do projeto imperial vigente. Fundado em 2 de outubro de 1838, é a mais antiga e renomada instituição dedicada à pesquisa e preservação da história, geografia, cultura e ciências sociais no Brasil. Inicialmente concebido para auxiliar a administração imperial e composto por integrantes ligados ao governo, o IHGB tornou-se o primeiro centro de produção histórica sobre o Brasil feito por brasileiros.



O discurso da instituição era voltado ao nacionalismo e buscava apresentar aos visitantes os valores permanentes e tradicionais, bem como a celebração das forças emergentes da nação, constituindo-se como testemunho da civilização brasileira (Chagas; Godoy, 1995).

A perspectiva histórica veiculada pelo MHN sofreu forte influência da atuação de Gustavo Barroso, durante sua gestão na direção da instituição. Em sua administração, somente a memória de grandes personagens, feitos históricos e a memória “oficial” de um passado glorioso poderiam participar da história da nação (Fujikawa, 2019). Barroso defendia uma concepção de identidade nacional brasileira fundamentada na “herança da colonização europeia, na qual o branco, europeu, português, católico, consubstanciariam o elemento civilizador” (Dantas, 2014, p.41).

Embora o projeto de Barroso estivesse voltado à construção de uma identidade nacional fundamentada nos grandes feitos e personagens heróicos da história oficial, havia, neste mesmo período, outras perspectivas possíveis para pensar o nacional. A noção de patrimônio erigida por Mário de Andrade, por exemplo, considerava a construção da nação brasileira através da busca por suas raízes na tradição e na cultura popular. Andrade defendia a ideia de que o museu seria um “espaço de estudo e reflexão, como instrumento capaz de servir às classes trabalhadoras, como instituição catalisadora e ao mesmo tempo resultante da conjugação de forças diversas” (Chagas, 2015, p.72).

Nessa perspectiva, compreendemos que esses espaços estão em constante renovação e transformação, de acordo com as demandas do tempo e da sociedade em que se inserem. O museu, nesse contexto, exerce o poder de definir o que será lembrado, esquecido e preservado, operando seletivamente sobre a memória coletiva. Tal processo, contudo, está permeado por resquícios patriarcais e coloniais que persistem na estrutura institucional desses lugares de memória.

De acordo com Myrian Sepúlveda Santos (2004), os anos de 1970 são marcados por críticas de diferentes campos do saber à instituição museu, principalmente no que tange à diversidade, tanto dos acervos preservados quanto das narrativas apresentadas nesses espaços de memória. Conforme destaca a autora, “dizia-se que os museus representavam os lugares das histórias oficiais, do autoritarismo das elites ou ainda das sociedades sem história” (Santos, 2004, p. 53).



Em razão disso, alguns dos aspectos teóricos e metodológicos que fundamentavam o campo da museologia foram revisados. No Brasil, essa reconfiguração foi incorporada por dirigentes de museus históricos, que passaram a substituir as narrativas tradicionais, centradas na exaltação de heróis e grandes feitos, por abordagens alinhadas à nova historiografia:

Com uma nova diretriz teórica, mais tarde consolidada e conhecida como nova museologia [...]. A partir da década de 1970, as novas práticas desenvolvidas nos museus priorizam o respeito à diversidade cultural, a integração dos museus às diversas realidades locais e a defesa do patrimônio cultural de minorias étnicas e povos carentes (Santos, 2004, p. 58).

Ainda no contexto brasileiro, é possível apontar iniciativas importantes, como a criação da Política Nacional dos Museus (2003), que propôs diretrizes para repensar o papel dessas instituições, promovendo a inserção e preservação de culturas historicamente marginalizadas, como as indígenas e negras³. Entre os princípios orientadores dessa política no campo dos museus, destacamos:

Promoção à participação de comunidades indígenas e afrodescendentes no gerenciamento e promoção de seus patrimônios culturais [...] Respeito ao patrimônio cultural das comunidades indígenas e afrodescendentes, de acordo com as suas especificidades e diversidades (Política Nacional dos Museus, 2003, p. 7-9).

É com base nesse conjunto de mudanças no campo da museologia que se fundamenta a análise que fazemos sobre a atuação do Museu Histórico de Jataí - Francisco Honório de Campos. A instituição tem buscado incorporar outras perspectivas na construção de suas exposições, com o objetivo de repensar as narrativas hegemônicas fabricadas sobre o sudoeste goiano, promovendo uma ressignificação das histórias “oficiais”. Tais narrativas, por sua vez, contribuíram para a homogeneização, estereotipação e/ou exclusão das culturas negras e

³ Podemos destacar outras importantes iniciativas, como a criação de museus voltados à valorização da cultura africana e afro-brasileira. Entre eles, o Museu Afro-Brasileiro (MAFRO) da UFBA (Salvador, 1982), o Museu da Abolição (Recife, 1983), o Museu Comunitário Treze de Maio (Santa Maria – RS, 2004) e o Museu Afro Brasil (São Paulo, 2004). A criação de instituições desse segmento, é fundamental para o reconhecimento e valorização das culturas africanas, afro-diaspóricas e indígenas, historicamente marginalizadas nas narrativas “oficiais”. Esses museus atuam como espaços de resistência, preservação da memória e representatividade negra.



indígenas da região sudoeste de Goiás, em específico, da cidade de Jataí, dificultando sua preservação nos espaços de memória.

Narrativas da população negra nas exposições do Museu Histórico de Jataí: breves apontamentos

Como mencionado anteriormente, as instituições museais não estão imunes à ação de preservar memórias e de reproduzir narrativas consideradas “oficiais”, nas quais sujeitos pertencentes às elites, bem como fatos considerados marcantes — seja em contexto nacional, regional e/ou local — ocupam o espaço de protagonismo. Em contrapartida, culturas e identidades, sobretudo negras e indígenas, são comumente sub-representadas, estereotipadas ou mesmo excluídas quando se trata de ocupar espaços de visibilidades nas instituições museológicas e em suas práticas, como no caso das exposições.

O Museu Histórico de Jataí é uma instituição museal municipal pública permanente⁴, criada em 1994 e instalada em um casarão com características coloniais, edificado ainda no século XIX. Michael Douglas dos Santos (2024, p. 49) aponta que as características do casarão afirmam a grandeza da construção e demonstram o poder aquisitivo dos ex-proprietários do “Sobrado”, nome popularmente conhecido entre os cidadãos locais, sendo esse um dos fatores que contribuíram para a preservação da antiga residência.

Ainda segundo o autor, o MHJ tem se constituído em um espaço possível para pensarmos as relações entre história e museu, assim como problematizar as narrativas instituídas por ele (Santos, 2024). O Museu Histórico de Jataí tem se empenhado em caracterizar-se como espaço de pesquisa, buscando atuar na produção do conhecimento sobre a região e cumprindo um importante papel de atividade social e educacional. Além disso, tem buscado fomentar a desconstrução de narrativas hegemônicas enraizadas na memória local e regional.

O acervo do Museu Histórico de Jataí traz, em sua essência, a salvaguarda de diferentes objetos e documentos relacionados à história de Jataí e da região. Trata-se de fotografias,

⁴ A estrutura administrativa e organizacional do Museu Histórico de Jataí (MHJ) é composta por uma Diretoria Geral e pelo Conselho Gestor. Entre os setores que compõem o funcionamento da instituição, destacam-se a Coordenação de Museologia, o Setor Educativo Cultural, a Comissão Editorial e de Divulgação, a Biblioteca e a Secretaria Geral.



mobiliários, instrumentos musicais e jornais veiculados na imprensa local, que estão incorporados no acervo do MHJ⁵. É válido destacar que, para que um determinado objeto possa integrar o acervo de um museu, ele deve estar alinhado à finalidade da instituição, além de possuir valor patrimonial e informacional.

Nos primeiros anos de funcionamento, o museu optou por apresentar uma determinada versão da história do município, possivelmente reproduzindo narrativas de cunho memorialista, o que resultou na exclusão e estereotipação de sujeitos negros e negras (Silva, 2011; Carmo, 2022), bem como de populações indígenas. As exposições apresentadas no MHJ nesse período inicial, enfatizavam somente figuras pertencentes à elite local. Apenas os cidadãos considerados “importantes” eram representados nesse espaço de memória. Assim, por um longo período as experiências vivenciadas por negros e negras jataienses foram silenciadas, excluídas ou homogeneizadas nas narrativas expostas pelo MHJ⁶.

Ao analisar as exposições promovidas pelo museu, observa-se que apenas em 2005, após 10 anos da abertura da instituição, foi organizada uma exposição dedicada à população negra de Jataí. Trata-se da exposição intitulada “Tia Justina” (2005)⁷. Michael Douglas dos Santos (2021), ao analisar a exposição, aponta que:

Embora compreendida como um passo importante na diversificação e reconhecimento de outros personagens no processo de constituição de Jataí, foca apenas na figura de Justina e parece enfatizar o fato de ela ter sido escravizada por um dos pioneiros [...] sobre os mais de 50 anos que viveu livre da escravidão, dado o processo de abolição em 1888, poucas informações são apresentadas (Santos, Mi., 2021, p. 58).

⁵ Em 1993 o MHJ iniciou o projeto de pesquisa “Levantamento de Acervo do Museu Histórico de Jataí”. De acordo com o museu, houve muitas doações da comunidade local. Porém, os objetos coletados e doados para a instituição, deveriam estar relacionados a história de Jataí e região, e apresentar algum valor histórico.

⁶ Michael Douglas dos Santos (2024), em sua dissertação de mestrado, ao analisar a exposição de longa duração “Jatahy: histórias pra contar”, exibida no MHJ, entre os anos de 1995 e 2015, aponta que a narrativa construída pelo museu ao longo de duas décadas reforçou uma visão excludente de alguns personagens da história local. A exposição sustenta um “mito fundador” centrado na figura dos “Pioneiros”, majoritariamente homens brancos, apagando e/ou marginalizando a presença de sujeitos negros e de outros grupos historicamente silenciados. Além disso, a construção de uma narrativa nesse viés, longe de ser neutra, atua na produção de uma memória seletiva, que legitima determinadas identidades enquanto invisibiliza outras.

⁷ A exposição sobre Justina foi relativamente pequena, apresentando uma fotografia amplamente conhecida, já difundida em livros de memórias e outros textos, além de alguns objetos pessoais, como uma máquina de costura, painéis e facas. Essa seleção de itens sugere que sua vida estava profundamente ligada – se não reduzida – ao mundo do trabalho.



Segundo Marcelo Nascimento Bernardo Cunha (2015), diversas exposições museais no Brasil abordam a figura do negro apenas no contexto da subalternização e da escravização, apresentando-o como um sujeito passivo e desprovido de personalidade. Nessas exposições, muitos dos elementos são reduzidos a objetos de tortura, enfatizando a violência sofrida pelos negros. O negro liberto ou livre não é retratado nesses espaços de memória, e “são escamoteadas diversas dimensões de suas presenças nas cidades brasileiras. Invisibilizam-se negros alfaiates, pedreiros, músicos, compositores, artistas, marinheiros [...] entre tantos outros ofícios que desempenharam” (Cunha, 2015, p. 182).

Considerando que os museus históricos estão inseridos nos contextos sociais que os criaram, e que mantêm uma relação estreita com a história e, em muitos casos, servem como pilares para se estabelecer uma determinada narrativa local, não surpreende a ausência - ou as representações distorcidas e estereotipadas - da população negra nesses espaços. Desde, pelo menos, a década de 1970, intelectuais e ativistas negros e negras vêm denunciando esse tipo de representação. No campo da historiografia brasileira, por exemplo, Beatriz Nascimento expressava o seu incômodo com a forma como a academia insistia em estudar os negros apenas pelo prisma da escravidão. Já naquele período, a autora propunha reflexões sobre como a história do negro no Brasil deveria ser escrita, considerando que a esmagadora maioria da produção historiográfica era realizada por homens brancos, orientados por uma epistemologia eurocêntrica (Nascimento, 2021 [1974], p. 38). Essa produção conferia centralidade a sujeitos brancos, masculinos e pertencentes à elite econômica e política do país, ao passo que silenciava sobre as experiências e vozes da população marginalizada.

Em determinados casos, e talvez a exposição Tia Justina, de 2005, possa ser interpretada nesse sentido, as representações sobre a população negra apresentadas nos museus parecem buscar uma espécie de reconciliação entre a memória e os discursos oficiais. Amparadas por concepções de multiculturalismo ou de um antirracismo de caráter neoliberal, essas exposições tendem a buscar um meio-termo simbólico, quando, na verdade, o que se exige é a construção de processos voltados à reparação histórica (Vergès, 2023, p. 39). Assim, a representação de Tia Justina, em vez de questionar o processo de colonização e as narrativas embranquecidas presentes no museu, acaba por reforçar o lugar subalternizado da população negra na sociedade, alimentando a ideia de uma convivência harmoniosa entre brancos, negros e indígenas.



Após a exposição “Tia Justina”, realizada em 2005, apenas em 2012 se registra uma nova mostra com referência às histórias da população negra, intitulada “Entrecabaças”, apresentada em 2012 e retomada em 2018. Idealizada pelo artesão Nico Miranda, a narrativa da exposição teve como objetivo explorar “os aspectos da cultura imaterial herdada dos africanos trazidos durante o período do tráfico de escravizados” (Watanabe, 2024, p. 51). O papel do museu nesse contexto é fundamental, pois contribui para a inserção de elementos culturais da população negra na memória local, rompendo com narrativas que tradicionalmente privilegiam apenas uma perspectiva histórica.

Em 2016, o museu inaugurou a exposição “Os últimos anos de escravidão em Goiás: conflitos, acordos e expectativas nos caminhos da abolição”, materialização de uma prática de história pública desenvolvida em colaboração com o professor e pesquisador Murilo Borges Silva, do curso de História da UFJ. Essa parceria exemplifica como a articulação entre pesquisa acadêmica e espaço museológico pode transformar o museu em território de disputa simbólica, contestando narrativas que tradicionalmente silenciam as experiências de resistência de pessoas escravizadas.

A colaboração permitiu que os resultados da dissertação de mestrado “Pelos caminhos da abolição: os últimos anos da escravidão e as experiências de liberdade em Jataí” fossem traduzidos em linguagem expositiva acessível ao público, democratizando conhecimentos que antes circulavam apenas no meio acadêmico. Ao enfatizar as lutas dos escravizados pela conquista da liberdade, a exposição rompeu com a lógica colonial que tradicionalmente retrata a população negra apenas como vítima passiva, promovendo representações que valorizam a agência e protagonismo histórico. Essa abordagem colaborativa, financiada pela Fundação de Amparo a Pesquisa de Goiás (FAPEG), contribuiu para o fortalecimento de identidades negras locais ao visibilizar experiências de resistência historicamente marginalizadas nas narrativas sobre Jataí.

Outro exemplo significativo de prática de história pública foi a exposição “Terreiros de Fé” (2017), desenvolvida em parceria com a professora e pesquisadora Clarissa Adjuto Ulhoa, do curso de História da UFJ. Essa colaboração transformou o museu em território de disputa simbólica ao dar centralidade às religiões de matriz africana, tradicionalmente marginalizadas pelos discursos hegemônicos sobre Jataí. A estratégia de mediação empregada rompeu com a lógica colonial que historicamente exclui manifestações afro-brasileiras dos espaços culturais



institucionalizados, promovendo uma ocupação física e simbólica do museu por líderes religiosos negros. A roda de conversa com pais e mães de terreiros democratizou o espaço expositivo ao transformá-lo em local de diálogo horizontal, onde conhecimentos acadêmicos e saberes tradicionais se articularam de forma colaborativa. Essa metodologia participativa contestou hierarquias epistemológicas coloniais, reconhecendo líderes religiosos como produtores legítimos de conhecimento histórico sobre a presença negra local. A exposição contribuiu diretamente para o fortalecimento de identidades negras em Jataí ao visibilizar expressões de fé e resistência como elementos constitutivos da história municipal, ressignificando narrativas que tradicionalmente apagam ou estereotipam a população afrodescendente.

A exposição “O Clube 13 de Maio e os negros e negras na história de Jataí”, organizada pelo professor e pesquisador Adailton Silva, exemplifica como práticas de História Pública podem transformar espaços museológicos em territórios de afirmação de memórias historicamente silenciadas. Essa colaboração entre universidade e museu empregou estratégias de mediação que democratizaram o conhecimento sobre associativismo negro local, tradicionalmente ausente das narrativas oficiais sobre Jataí. A exposição rompeu com a lógica colonial que apaga organizações autônomas da população negra, visibilizando o Clube 13 de Maio - também conhecido como Clube dos Pretos - como protagonista na construção da identidade municipal. Ao evidenciar as atividades culturais, sociais e políticas desenvolvidas por essa organização negra, a mostra contestou representações hegemônicas que reduzem a presença afrodescendente a experiências de subordinação. A estratégia expositiva fortaleceu identidades negras locais ao demonstrar capacidade de organização, resistência e protagonismo político da comunidade afrodescendente jataiense, ressignificando narrativas sobre participação cidadã e construção do espaço urbano.

Merecem ainda ser mencionadas duas exposições recentes do Museu Histórico de Jataí que abordam a presença da população negra na história local: “Exposição Lindomar e João Batista” (2023) e “Leodegária de Jesus: dos versos eco-poéticos à luta feminina” (2024). A primeira homenageia a dupla sertaneja formada por dois irmãos negros jataienses, oriundos da comunidade negra local e com destacada atuação cultural e política. Já a exposição dedicada a Leodegária de Jesus, apresenta a trajetória da primeira poetisa e escritora a publicar um livro



em Goiás - uma mulher negra cuja obra e presença marcam a história literária e intelectual do estado.

Ademais, outro espaço que se apresenta como potencial para contestar as narrativas hegemônicas, comumente consideradas “oficiais”, são os “Boletins do Museu Histórico de Jataí”, publicados anualmente, com caráter científico e destinados à divulgação de pesquisas locais e das ações promovidas pelo MHJ. Dentre as edições já publicadas, é possível destacar três textos que abordam as questões relacionadas à população negra, número considerado baixo para as 19 edições existentes. É importante ressaltar, contudo, que as pesquisas voltadas à história e à presença da população negra em Jataí ganharam maior fôlego apenas nos últimos anos⁸, o que ajuda a explicar as poucas produções sobre o tema nos boletins anteriores.

O primeiro artigo voltado para a temática da população negra em Jataí, publicado no boletim do MHJ, foi escrito por Murilo Borges da Silva e intitulado “O papel do escravo e o escravo de papel: contribuições da literatura na refiguração da escravidão no sudoeste goiano”, na edição de 2011. Apesar de tratar da temática, o texto limitava-se a abordar a população negra exclusivamente sob a condição de escravizada, sem aprofundar discussões sobre as experiências de liberdade ou agência histórica dos sujeitos negros.

Dentre as publicações que ampliaram essa abordagem, deslocando o foco para as formas de resistência e conquista da liberdade, destacam-se dois artigos mais recentes. O primeiro é: “Em busca da liberdade: cartas de alforria em Jataí: 1872-1888”, de Lucas Rodrigues do Carmo, publicado em 2018. O segundo, de 2024, é “Caminhos para emancipação em Goiás: o jornal “A Tribuna Livre” e os debates sobre a abolição da escravidão”, de autoria da historiadora Ana Paula Fonseca Silvino Melo. Ambos demonstram uma preocupação explícita com as experiências de liberdade da população negra, as lutas por alforria e a presença de intelectuais negros na imprensa goiana do século XIX, ampliando o entendimento sobre as formas de resistência, agência e protagonismo negro no contexto abolicionista.

Observa-se que, do período de fundação do MHJ até o ano de 2012, às exposições voltadas à história e cultura negra foram pontuais e escassas. Apenas a partir de 2016 é possível

⁸ Entre as ações para potencializar as discussões sobre a temática em Jataí e em Goiás, pode-se destacar o Grupo de Estudos e Pesquisas em Emancipações e Pós-abolição em Goiás e Distrito Federal (GEPEP), coordenado por Murilo Borges Silva (UFJ) e Ana Flávia Magalhães Pinto (UnB). As linhas de pesquisas desenvolvidas são: Experiências negras de emancipações e no pós-abolição e Políticas de memórias e esquecimentos das histórias negras.



identificar um movimento mais consistente de valorização dessas temáticas nas ações expositivas da instituição. Supõe-se que esse avanço esteja relacionado ao amadurecimento e gestão da instituição e às redes de colaboração que vêm se consolidando ao longo do tempo. Essa aproximação tem ocorrido, sobretudo, com os cursos de graduação da Universidade Federal de Jataí, com os movimentos sociais municipais e diversos parceiros e colaboradores que têm questionado as narrativas “tradicionais” estabelecidas tanto no espaço do museu quanto na memória pública da cidade.

Perceber o silenciamento, ou mesmo a pouca atenção dada à população negra, durante as duas primeiras décadas de funcionamento do Museu Histórico de Jataí permite enquadrá-lo numa arena de disputa por memórias e de produção de sentidos sobre o passado. Esse silenciamento revela-se mais evidente quando se observa a presença de narrativas que reforçam o “mito fundador” de Jataí, centrado na valorização da figura dos “pioneiros”. Essa abordagem histórica contribui para o apagamento das experiências negras na formação social, econômica e cultural de Jataí.

Portanto, é importante que o MHJ continue a cumprir seu papel no enfrentamento da lógica colonial e hegemônica de se narrar as histórias dos lugares, incorporando práticas museológicas mais inclusivas. Isso implica reconhecer os sujeitos negros como protagonistas da história de Jataí, perspectiva que nos conduz a uma abordagem mais plural da história, refletida na maneira como ela é contada e representada nos espaços museais.

É preciso questionar as narrativas tradicionais: entrecruzando História Pública e as ações do Novembro Negro no Museu Histórico de Jataí

Em setembro de 2024, foi realizada uma viagem de campo ao município de Ouro Preto, em Minas Gerais, com os discentes do curso de História da Universidade Federal de Jataí. A cidade se destaca como um dos mais importantes patrimônios históricos e culturais do Brasil, com relevância associada à preservação de um extenso conjunto arquitetônico do período colonial, incluindo igrejas, edificações civis e obras do barroco mineiro.

Além de seu valor estético e artístico, Ouro Preto também preserva elementos fundamentais da memória nacional, no que tange ao ciclo do ouro e às articulações políticas da Inconfidência Mineira. Trata-se também de uma cidade tombada pelo Instituto do Patrimônio



Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e reconhecida pela UNESCO como Patrimônio Mundial da Humanidade, desde 1980. Representa, portanto, uma síntese da construção identitária do Brasil colonial, sendo considerada por Pedro Paulo Funari (2003, p. 55) como “um espaço privilegiado para se compreender os sentidos da história e da memória no Brasil”.

Durante a viagem de campo, foi possível perceber que as narrativas que permeiam as histórias de Ouro Preto evidenciavam não apenas a preservação de memórias postas como tradicionais, mas também a exclusão de histórias outras, ou seja, dos grupos colocados às margens, como negros, indígenas e as camadas populares — igualmente fundamentais na formação do Brasil. Como ressalta Cunha (2017), a preservação de determinadas memórias é resultado de ações políticas, cuja finalidade consiste em definir o que lembrar e o que esquecer.

E por isso mesmo é também um risco, já que nas escolhas sobre o que preservar, existe muito mais exclusão do que inclusão. Isto se agrava pela ação de quem detém o poder político de escolher o que vai ser preservado, pois esse processo pode levar a visões e ações hegemônicas sobre a memória e sua preservação patrimonializada (Cunha, 2017, p. 80).

Levando em consideração os apontamentos de Cunha (2017), salientamos que a consagração de cidades como Ouro Preto não deve ser vista apenas como um ato de preservação, mas também como um gesto político, que envolve escolhas sobre quais histórias devem ser lembradas e quais são sistematicamente esquecidas. Outros exemplos de cidades tombadas cujas memórias e narrativas históricas vêm sendo contestadas por diferentes grupos sociais incluem Cidade de Goiás (GO) e Brasília (DF)⁹.

Reconhece-se a importância da preservação dos conjuntos arquitetônicos e das imponentes igrejas de Ouro Preto. Porém, nota-se que as histórias representadas nesses espaços são pouco problematizadas. Pouco se questiona, por exemplo, quem foram os sujeitos responsáveis por edificar essas cidades e por extrair o ouro que ornamenta as igrejas: teria sido mão de obra escravizada? E quanto aos trabalhadores que construíram Brasília, são lembrados? Essas e outras questões costumam ser silenciadas nos discursos oficiais de preservação. Diante

⁹ Tomamos, por exemplo, a exposição histórico-fotográfica “Reintegração de posse — Narrativas da presença negra na história do Distrito Federal”, organizada pela professora do curso de História da UnB, Ana Flávia Magalhães Pinto. Acesso em: <https://www.correiobraziliense.com.br/cidades-df/2020/11/4889562-olhares-sobre-a-negritude-em-brasil.html>.



disso, Valdisa Rússio (1990) chama a atenção para a necessidade de democratização do patrimônio, defendendo a inclusão das culturas populares e periféricas no debate institucional.

A primeira atividade da programação em Ouro Preto foi a visita ao Museu da Inconfidência, marcada por uma situação inesperada. O espaço encontrava-se bastante movimentado, com a presença de estudantes da educação básica e outros turistas. No momento de nossa chegada, o responsável pela recepção explicou como se daria a visita e alertou que havia algumas coisas estranhas escritas próximo aos objetos, nas paredes do museu. Ele se referia a uma intervenção artística em curso no interior do espaço, e fez questão de ressaltar que tais elementos não possuíam relação com o acervo oficial da instituição.

Tratava-se da intervenção intitulada “Este objeto, o que ele nos fala?”, cujo objetivo era provocar reflexões sobre a exposição de objetos e memórias sensíveis, abordando temas como a escravidão, os direitos das mulheres e participação política. Utilizando-se do próprio mobiliário e das peças do acervo, inseriu-se frases como: “Palestina livre”; “A carne mais barata do mercado é a carne negra”, “O mundo roda e a pomba gira”. Notadamente, essas expressões remetem a sujeitos e temáticas historicamente marginalizadas e ausentes das narrativas tradicionais promovidas pelos museus.

Ao se ter contato com a intervenção, percebe-se que a fala do profissional que nos recebeu revela uma percepção ainda recorrente sobre as manifestações culturais associadas às populações negras, indígenas e outros grupos marginalizados, frequentemente vistos como exóticos, fora de lugar ou até mesmo incômodo. Em vez de serem compreendidas como expressões legítimas da história da cultura e da identidade nacional, essas referências são muitas vezes distorcidas ou desvalorizadas. A intervenção provocou uma reflexão importante sobre como esses aspectos culturais seguem marginalizados nas representações museológicas, mesmo quando inseridas em instituições voltadas à preservação da memória coletiva

A narrativa proposta pela intervenção provocou reações de estranhamento entre muitos transeuntes acostumados às representações históricas convencionais normalmente expostas nos museus - inclusive, em alguns funcionários da própria instituição. Nota-se, portanto, um certo preciosismo em relação ao acervo tradicional, o que remete à noção de fetiche patrimonial (Veloso, 2009), ou seja, a valorização excessiva de determinados objetos e narrativas em detrimento de outras formas de memória. Ainda assim, compreende-se que a ausência de



representação de culturas e identidades outras nesses espaços de memória não é exclusividade do Museu da Inconfidência. Trata-se de um fenômeno recorrente em diversos museus, que tendem a reproduzir uma visão única da história, o que Chimamanda Adichie (2019) definiu como perigo da “história única”.

A viagem de campo a Ouro Preto influenciou diretamente a concepção das ações do “Novembro Negro”¹⁰ de 2024, evento que materializou princípios da história pública através da articulação entre docentes, estudantes e comunidade local. O projeto “Cantos, Contos e Corpos Negros”, desenvolvido colaborativamente entre MHJ e curso de História da UFJ, reconfigurou o museu como espaço de construção coletiva de narrativas sobre negritude jataiense. Essa iniciativa implementou oficinas, cine-debates e rodas de conversa que visavam desafiar as hierarquias tradicionais de produção do conhecimento, criando espaços de diálogo horizontal entre universidade, museu e comunidade.

As ações desenvolvidas tiveram por intenção transformar o espaço museológico em um lugar de escuta, diálogo e construção coletiva de saberes. Além, é claro, de buscar fraturar práticas tradicionais centradas em narrativas hegemônicas, brancas e coloniais. Essa experiência também dialoga com os pressupostos da história pública, pois os museus podem ser compreendidos como espaços de produção e circulação de narrativas históricas. Para o desenvolvimento das ações tomamos como inspiração a intervenção realizada nas exposições permanentes do Museu da Inconfidência, de forma a contestar as narrativas permeadas no acervo exposto pelo MHJ.

As intervenções realizadas durante o Novembro Negro exemplificam estratégias de história pública voltadas ao enfrentamento do silenciamento sobre a população negra nos espaços de memória jataienses. Essa metodologia participativa respondeu criticamente à recorrente valorização de figuras brancas como “heróis” e “pioneiros”, contrastando com a marginalização sistemática de sujeitos negros, indígenas e outros grupos historicamente subalternizados.

¹⁰ Durante o mês de novembro ou mês da Consciência Negra, diversas instituições — como escolas, universidades e museus — promovem ações que reafirmam a identidade negra e seu legado histórico de resistência, valorizando figuras como Dandara, Luiz Gama e Marighella. As atividades do “Novembro Negro: cantos, contos, corpos negros” visam fomentar o debate sobre igualdade racial e diversidade, além de contribuir para a efetivação da Lei 10.639/2003, que integra a história e cultura afro-brasileira e africana aos currículos escolares, em um país que abriga a segunda maior população negra do mundo.



A colaboração entre curso de História da UFJ e MHJ desenvolveu técnicas de intervenção expositiva que subverteram os códigos museológicos tradicionais: inserção de frases provocativas, reposicionamento de objetos e uso estratégico de iluminação colorida. Essas ações converteram o museu em laboratório de experimentação historiográfica, onde estudantes e docentes testaram formas alternativas de comunicação histórica com o público. A metodologia empregada democratizou o processo de curadoria ao envolver a comunidade acadêmica na ressignificação dos discursos expositivos, promovendo leituras críticas e plurais do passado local. Tais práticas fortaleceram identidades negras ao evidenciar presenças historicamente apagadas e denunciar ausências estratégicas nas narrativas oficiais sobre Jataí.

Uma das exposições de longa duração do Museu Histórico de Jataí leva o nome de “Sala Francisco Honório de Campos”, em homenagem ao último proprietário da casa, que nela residiu com sua família entre os anos de 1927 a 1965. A sala apresenta informações sobre a história do imóvel e do casal Francisco e sua esposa Maria Claudina, incluindo alguns objetos que pertenceram a eles. Partindo dessa exposição, propusemos uma intervenção crítica, questionando a centralidade exclusiva atribuída à trajetória da família proprietária. Para isso, inserimos duas fotografias de mulheres negras que vivenciaram suas histórias em Jataí: Mariana Teodoro e Justina Bernarda de Paula ambas submetidas à escravidão. Justina, em particular, tem sido comumente associada às narrativas sobre o trabalho doméstico, reforçando um lugar social historicamente subordinado. Ao trazer essas imagens para dentro da exposição, buscamos ampliar a leitura sobre o passado local, confrontando a invisibilização das mulheres negras e evidenciando a complexidade das relações sociais que estruturaram a história da cidade.

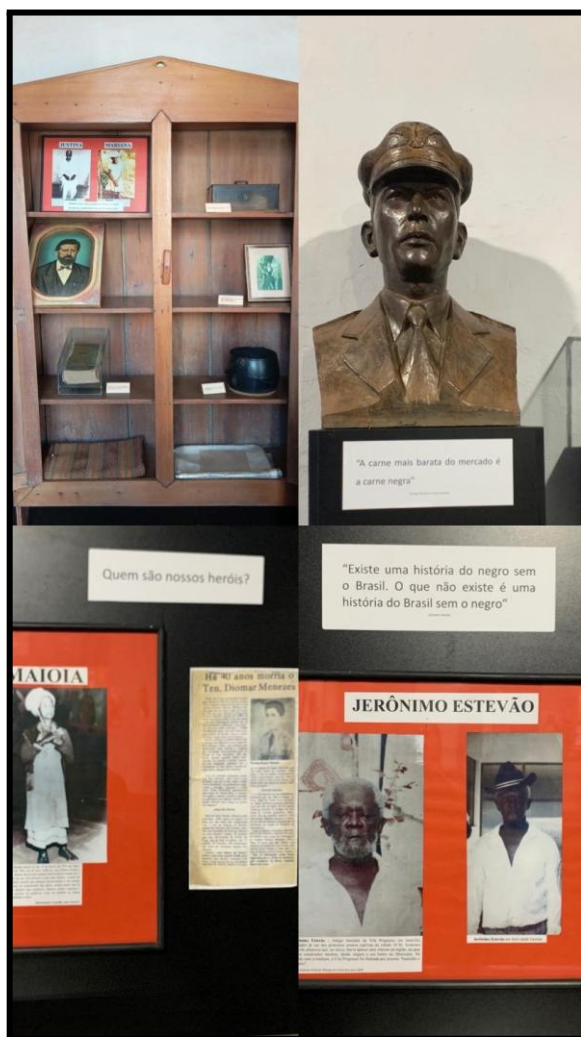
A inserção das imagens de Mariana Teodoro e Justina Bernarda de Paula na “Sala Francisco Honório de Campos” (figura 1) representa um gesto simbólico e político de desestabilização das narrativas históricas. Ao tensionar a centralidade da família proprietária - típica de uma tradição museológica que privilegia figuras brancas, letradas e economicamente destacadas -, a intervenção propõe a visibilização de sujeitos historicamente apagados, sobretudo mulheres negras submetidas à escravidão.

No caso de Justina, é importante destacar que ela viveu parte de sua vida em liberdade após 1888 — um fato pouco lembrado ou explorado nas narrativas museológicas, que tendem a restringir sua representação ao trabalho doméstico ou à condição de cativa. Essa omissão



reforça uma perspectiva limitadora, que impede a compreensão da trajetória de Justina como sujeito histórico pleno, com vivências e lutas próprias no contexto pós-emancipação.

Figura 1: Sala/Exposição “Francisco Honório de Campos”



Fonte: Acervo do Museu Histórico de Jataí

Ao introduzir elementos visuais e narrativos que dialogam com raça, gênero e agência histórica, a intervenção contribui para deslocar o olhar do visitante, promovendo um espaço de confronto com silenciamentos estruturais. Trata-se, assim, de um exercício de reconstrução da memória coletiva que reafirma o museu como território de disputa simbólica e de afirmação de outras formas de existência e contribuição histórica.

Figura 2: Sala/Exposição “Sala de Música”



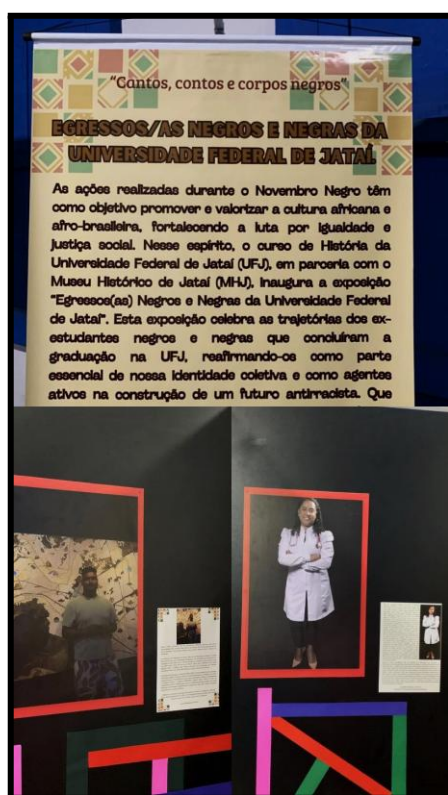
Fonte: Acervo do Museu Histórico de Jataí

Outra exposição permanente do Museu Histórico de Jataí é dedicada à música local e denominada “Sala de Música” (figura 2). Nela, são apresentadas algumas figuras públicas ligadas à música na cidade, acompanhadas por objetos pessoais que remetem às suas trajetórias. A maioria dos representados, no entanto, é composta por pessoas brancas, o que revela uma seleção expositiva marcada por apagamentos históricos. Entre os objetos em destaque estão o piano de Madre Pilar - mulher branca que atuou nos campos da religiosidade, da música e da educação. Embora haja cantores negros em Jataí com reconhecimento no cenário regional e nacional, suas histórias permanecem pouco lembradas ou visibilizadas nessa exposição.

Com o intuito de romper essa lógica excludente e valorizar outras memórias, nossa intervenção reposicionou no centro da sala o violão de Lindomar Rezende, cantor negro e com participação política ativa em Jataí e no Clube 13 de Maio. A capa dos CDs produzidos em dupla com seu irmão, João Batista também foi destacada. A iluminação do espaço também foi

alterada: inserimos uma luz colorida, evocando o ambiente festivo dos bailes realizados pelo Clube 13 de Maio, onde esses músicos frequentemente se apresentavam. Por meio dessa ação, buscamos valorizar os corpos, os sons e os afetos silenciados pela narrativa tradicional do museu, e reafirmar a importância da presença negra na constituição da cultura musical jataiense.

Figura 3: Exposição Egressos/as Negros e Negras da Universidade Federal de Jataí (2024)



Fonte: Acervo do Museu Histórico de Jataí

A exposição “Egressos(as) negros e negras da Universidade Federal de Jataí” (figura 3) consolidou uma abordagem colaborativa de história pública centrada na valorização de trajetórias acadêmicas afrodescendentes. Essa iniciativa conjunta entre MHJ e curso de História da UFJ operacionalizou mecanismos de reconhecimento que posicionaram ex-estudantes negros como protagonistas na construção da identidade institucional universitária. A mostra contestou padrões de invisibilização acadêmica, estabelecendo conexões entre formação superior e transformação social antirracista. Essa estratégia curatorial promoveu a apropriação



coletiva do espaço museológico pela comunidade universitária negra, fomentando sentimentos de pertencimento e representatividade historicamente negados.

A exposição contribuiu para a consolidação de um projeto de memória inclusivo sobre Jataí, onde trajetórias negras no ensino superior emergem como narrativas de existência e resistência. Ao celebrar conquistas individuais como expressões de lutas coletivas, a mostra fortaleceu redes de solidariedade e identificação entre estudantes negros, materializando princípios de justiça cognitiva e reparação simbólica no contexto local. Essa abordagem alinha-se com a perspectiva de Adichie (2019), para quem

As histórias importam. Muitas histórias importam. As histórias foram usadas para espoliar e caluniar, mas também podem ser usadas para empoderar e humanizar. Elas podem despedaçar a dignidade de um povo, mas também pode reparar essa dignidade despedaçada (Adichie, 2019, p. 32).

Ao reafirmar a presença negra nos espaços de produção de conhecimento, como a universidade pública, e ao reconhecer seus egressos como agentes de transformação, a exposição rompe com a lógica colonial que por muito tempo estruturou os discursos expositivos dos museus. Dessa forma, o MHJ vem se consolidando como um espaço de disputa simbólica, capaz de promover o diálogo entre memória, história, identidade e antirracismo.

Ana Maria Mauad em seu artigo “*O passado em imagens: Artes visuais e história pública*”, aponta que nos espaços expositivos se desenvolve uma experiência coletiva em que é possível perceber o passado em quadros e/ou objetos que se expõem com base em uma historicidade. Dessa maneira, as exposições museais podem acabar evidenciando uma dimensão da história pública e que merece ser interrogada (Mauad, 2016). A autora também ressalta o potencial das exposições para alcançar públicos mais amplos, promovendo acessos plurais ao conhecimento histórico e contribuindo para a valorização de identidades e experiências historicamente marginalizadas.

A história pública acaba por ampliar os espaços de produção e circulação do saber histórico, valorizando o diálogo para além dos historiadores e seus pares, promovendo uma relação entre o saber acadêmico e o público interessado nas representações do passado. Sendo assim, os museus assumem papel central como instituições que articulam memória, identidade



e história, funcionando como plataformas públicas para o debate e a negociação de narrativas históricas.

Ao abrir espaço para a construção de exposições que abordam as narrativas de sujeitos historicamente silenciados, os museus tornam-se agentes de transformação social e

democratização da memória. A história pública tem se afirmado como um campo que reconhece os usos sociais do passado e a importância de sua construção coletiva, compartilhada e situada e exige do historiador um reposicionamento ético e político diante das formas como o passado é narrado no presente.

Essa abordagem pressupõe o reconhecimento das memórias como formas legítimas de narrar o passado e seus acontecimentos, especialmente quando protagonizadas por sujeitos historicamente excluídos. Nesse sentido, os museus, ao adotarem práticas dialógicas com as comunidades, deslocam-se da função tradicional de conservar e expor objetos para atuarem como espaços vivos de produção de sentido, transformando o museu em um agente da História Pública, permitindo que ele atue não apenas como transmissor de conhecimento, mas como catalisador de debates sobre pertencimento, exclusão e reconhecimento.

Considerações finais

A cidade de Jataí representa um grande expoente do agronegócio do Centro-Oeste brasileiro. As relações de poder, nas esferas econômica, social, política e cultural desenvolvidas nesse território não estão isentas dos marcadores sociais da diferença. Diante do reconhecimento das diversas injustiças e opressões sociais, os lugares de memória podem ser espaços ambíguos, possibilitando o reconhecimento e preservação de culturas e identidades comumente marginalizadas ou atuando como dispositivo de apagamentos e interdições.

As análises desenvolvidas demonstram como as colaborações entre MHJ e curso de História da UFJ materializaram práticas de história pública, transformando espaços museológicos em territórios de disputa simbólica e afirmação de memórias historicamente silenciadas da população negra jataiense. As estratégias de mediação implementadas - desde exposições colaborativas até intervenções participativas - buscaram romper com a lógica colonial que tradicionalmente caracteriza narrativas museológicas, promovendo epistemologias



contra-hegemônicas baseadas em saberes comunitários e acadêmicos articulados. Essa articulação institucional democratizou processos de produção da memória local, substituindo versões “oficiais” centradas em narrativas brancas e elitistas por representações plurais que reconhecem protagonismos negros na construção histórica de Jataí.

O fortalecimento de identidades negras locais manifestou-se através da visibilização de trajetórias de resistência, associativismo e conquistas educacionais, alinhando-se às diretrizes das leis 10.639/2003 e 11.645/2008 sobre ensino de história e cultura afro-brasileira. Tais práticas consolidaram representações negras positivas (Gomes, 2005) que contestam estereótipos e silenciamentos, contribuindo para a construção de uma memória coletiva mais justa e inclusiva sobre a experiência afrodescendente no contexto regional.

Justina, Leodegária, Mariana, Lindomar Rezende, João Batista, Mães e Pais de Santo, o Clube 13 de Maio, egressos(as) negros(as) da UFJ, têm ocupado o Museu Histórico de Jataí, afirmando a identidade negra jataiense, politizando e publicizando as questões raciais, fortalecendo, assim, as lutas pela superação do racismo. Trata-se de uma agenda antirracista de (re)escrita da história local, visando preservar e publicizar os associativismos, protagonismos e agenciamentos da população negra jataiense e do Sudoeste Goiano, no passado e no presente.

Referências bibliográficas

CARMO, Lucas Rodrigues do. *Notas sobre história única, racismo e o silenciamento das experiências negras em Pioneiros (1954) de Basileu Toledo França*. 2021. 125 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2021.

CHAGAS, Mário de Souza; GODOY, Solange de Sampaio. *Tradição e ruptura no Museu Histórico Nacional*. In: Anais do Museu Histórico Nacional, v. 27. História, Museologia e Patrimônio. 1995.

CHAGAS, Mário. *Museu, memória e poder*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2003.

CHAGAS, Mario de Souza. *Há uma gota de sangue em cada museu: a ótica museológica de Mário de Andrade*. 2. ed., Chapecó: Argos, 2015.

DANTAS, Eynaldo Gonçalves. *Gustavo Barroso o führer brasileiro: nação e identidade no discurso integralista barrosiano de 1933-1937*. 2014. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.



FUNARI, Pedro Paulo A. *Patrimônio histórico e cultural: questões e perspectivas*. São Paulo: Editora Contexto, 2003.

FUJIKAWA, Mariana. *Em busca da tradição: análise de visões de patrimônio dos intelectuais Mário de Andrade e Gustavo Barroso*. Faces da História, Assis/SP, v.6, nº2, p.425-440, jul./dez., 2019.

GOMES, Nilma Lino. *Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão*. In: SECAD. Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal no 10.639/03. Brasília: MEC/SECAD, 2005. p. 39- 64. Disponível em: <http://etnicoracial.mec.gov.br/publicacoes/item/9-educacao-anti-racista-caminhos-abertos-pela-lei-federal-n-10-63903>. Acesso em: 8 mai. 2025

KNAUSS, Paulo. *Quais os desafios dos museus em face da história pública?* In: MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade. *Que história pública queremos?* São Paulo: Letra e Voz, 2018.

MAUAD, Ana Maria. *O passado em imagens: artes visuais e história pública*. In: MAUAD, A. M.; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, R. (orgs.). *História Pública no Brasil: sentidos e itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, 2016, v. 1, p. 87-97.

MAUAD, Ana Maria. *“O carnaval da história pública”*. In. ALMEIDA, J. R.; MENESES, S. (org). *História Pública em debate: Patrimônio, educação e mediações do passado*. São Paulo: Letra e Voz, 2018.

NASCIMENTO, Beatriz; RATTS, Alex (org.). *Uma história feita por mãos negras: relações raciais, quilombos e movimentos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

NORA, Pierre. *Entre Memória e História: A problemática dos lugares*. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo, 1993.

RÚSSIO, Valdisa. *Museologia e Comunicação: os museus como meios de comunicação*. São Paulo: Perspectiva, 1990.

SANTHIAGO, Ricardo. *Pode-se falar de uma história pública brasileira?* In: MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade. *Que história pública queremos?* São Paulo: Letra e Voz, 2018.

SANTOS, Michael Douglas dos. *Representações dos negros na Exposição de longa duração “Jatahy: histórias pra contar” do Museu Histórico de Jataí (1995-2015)*. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Universidade Federal de Jataí, Jataí, 2021.



SANTOS, Michael Douglas dos. *História e memória sobre a população negra no Museu Histórico de Jataí (1994-2019)*. 2024. 188 f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2024.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. *Políticas de memória na criação dos Museus Brasileiros*. In: CHAGAS, Mario de Souza; SANTOS, Myrian Sepúlveda dos (orgs.). *Cadernos de Sociomuseologia: Museus e Políticas de Memória*. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. 2002.

SANTOS, Myrian Sepúlveda. (1992), *Objetos, memória e história: observação e análise de um museu histórico brasileiro*. Dados – Revista de Ciências Sociais, 35 (2): 194-216.

VELOSO, M. *O Fetiche do Patrimônio*. Revista Habitus - Revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia, Goiânia, Brasil, v. 4, n. 1, p. 437–454, 2009.

VERGÈS, Françoise. *Decolonizar o museu: programa de desordem absoluta*. São Paulo: Ubu Editora, 2023.

ZAHAVI, Gerald. *Ensinando história pública no século XXI*. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. (org). *Introdução à História Pública*. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

WATANABE, Marta dos Santos. *Museu, Memória e Cultura Afro-Brasileira: As histórias negras contadas pelo Museu Histórico de Jataí*. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Universidade Federal de Jataí, Jataí, 2024.